

Turismo de Base Natural – um instrumento de apoio à Conservação de Áreas Húmidas?

FILOMENA CARDOSO MARTINS * [filomena@ua.pt]

HELENA CRUZ ALBUQUERQUE ** [helena.albuquerque@ua.pt]

Resumo | O turismo é um dos fenómenos económicos e sociais com maior impacto nos nossos tempos. Desde sempre os turistas procuraram conciliar o seu tempo livre com o usufruto e exploração de ambientes diferentes e variados, tanto do ponto de vista biofísico como sociocultural. Neste sentido poderemos considerar como uma constante a interação entre turismo e ambiente. No entanto, reflexo da evolução social relativamente às questões ambientais, os turistas tornam-se cada vez mais exigentes, em termos da qualidade ambiental da oferta turística. Em termos de pesquisa tem-se tornado focal a interação entre o turismo, enquanto atividade económica, o ambiente e o desenvolvimento sustentável. Neste artigo pretende-se identificar a evolução desta interação, focando-nos na emergência de formas alternativas de desenvolvimento de atividades turísticas, à luz do paradigma do desenvolvimento sustentável, nomeadamente em áreas húmidas costeiras, como é o caso da Ria de Aveiro.

Palavras-chave | Turismo, Ambiente, Sustentabilidade, Ecoturismo, Zonas húmidas.

Abstract | Tourism is an economic and social phenomenon, with major impact in our days. Since ever, tourists try to use their free time in exploring and enjoying different environments both in biophysical and sociocultural terms. In this way we can consider that tourism and environment has been always connected. However, as a reflex of social evolution in what concerns environmental issues, tourists become more and more demanding in terms of the environmental quality of the tourism offer. The interaction between tourism, as economic activity, environment and sustainable development becomes a focal issue in what concerns research development. In this paper we focus in the analysis of that interaction evolution, giving special attention to the development of alternative tourism products and activities, namely in wetland areas as Ria de Aveiro.

Keywords | Tourism, Environment, Sustainability, Ecotourism, Wetlands.

* **Professora Associada** no Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro. **Membro** do CESAM – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro.

** **Assistente Convidada** na Escola Superior de Educação de Viseu, Instituto Politécnico de Viseu. **Membro** do CESAM – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar da Universidade de Aveiro.

1. Introdução

Até meados do século XX o turismo era uma atividade usufruída apenas por uma pequena elite da população. Diversos estudos referem a deslocação de indivíduos e grupos de cidadãos, com vista ao usufruto dos recursos naturais e culturais de regiões diferentes das de origem, ao longo da história da humanidade (Pires, 2004). No entanto, após a II Guerra Mundial, com a internacionalização da economia e o desenvolvimento dos transportes aéreos, o turismo expandiu-se (registou um rápido crescimento desde a década de setenta do séc. XX), passando a ser um fenómeno massivo nos países mais desenvolvidos e atingindo na atualidade um grande grupo de população em quase todas as nações (Neto, 2003).

Sendo um dos fenómenos económicos e sociais com maior impacto nos nossos tempos, é também uma das atividades que maior relação estabelece com a existência sustentada de um ambiente equilibrado (Partidário, 1998). Desde há muito tempo que os turistas procuram conciliar o seu tempo livre com o aproveitar de ambientes diferentes e variados, quer sejam estes definidos em termos físicos, quer socio-culturais. Doris Ruschmann (2000, citado por Pires, 2004, p. 31), identifica 4 fases de interação do turismo com o ambiente, ao longo da história da humanidade: uma fase pioneira de descoberta da natureza e das comunidades dela dependente (séc. XVII); uma segunda fase, sem preocupação específica com a conservação ambiental, focalizada na construção dos equipamentos de apoio ao turismo (séc. XIX e início do séc. XX); a terceira fase, com início na década de cinquenta e apogeu nas décadas de setenta e oitenta (do séc. XX) é caracterizada pelo desenvolvimento do turismo de massa, o "consumo" intenso de recursos e o domínio das comunidades recetoras, resultando em passivos ambientais significativos (degradação/perda de habitats, biodiversidade e património cultural); ainda na década de setenta do século passado emerge a quarta fase, acompanhando a crescente preocupação com a conservação do ambiente e a poluição decorrente da atividade turística.

Os turistas, reflexo da evolução social relativamente às questões ambientais, tornam-se cada vez mais exigentes, em termos da qualidade ambiental da oferta turística que procuram (tanto no que respeita à eficiência ambiental dos equipamentos como ao tipo e forma como as atividades propostas são desenvolvidas), levando à necessidade de amplificar os níveis de qualidade ambiental da mesma. Neste contexto, o sector do turismo não deve ser apenas perspetivado sob o ponto de vista estritamente económico, a preservação do ambiente, a manutenção da biodiversidade e a conservação e desenvolvimento do património cultural e social, são fatores essenciais à definição e implementação de qualquer estratégia de desenvolvimento do turismo, se se pretender que esta atividade se mantenha competitiva nos principais destinos turísticos existentes e/ou emergentes.

A intensificação das relações entre turismo e ambiente decorre da diversificação das abordagens, nomeadamente: a consideração do ambiente (território e recursos naturais) enquanto fornecedor de recursos para a atividade turística (localização, produtos de consumo básico – água, alimentos e energia – e produtos turísticos); a consideração dos impactes da atividade sobre o ambiente e a necessidade da sua redução, eliminação e/ou mitigação; e a consideração de novos paradigmas de desenvolvimento que preconizam a manutenção da atividade com base no equilíbrio entre a disponibilidade e renovação dos recursos (desenvolvimento sustentável).

Em termos de pesquisa tem-se tornado focal a interação entre o turismo, enquanto atividade económica, o ambiente e o desenvolvimento sustentável, em parte resultante da emergência de abordagens interdisciplinares e transdisciplinares complexas entre as áreas científicas das ciências sociais e ambientais. Desde a década de setenta do século passado que os investigadores se têm dedicado à análise da relação entre turismo e ambiente (Becken, 2010), é no entanto a partir dos anos noventa (do séc. XX) que esta investigação se tem vindo a intensificar (Butler, 1991; Fennel, 1999; Holden, 2000;

Inskeep, 1991; Partidário, 1998; Swarbrooke, 1999), originando nalguns casos reedições atualizadas de trabalhos, com integração de assuntos emergentes como por exemplo, o impacto das alterações climáticas sobre o turismo e estratégias de adaptação.

São vários os autores que consideram o ambiente a principal “atração” turística, no entanto, são diversas as abordagens que se fazem à interação entre ambiente e turismo. Neste artigo pretende-se identificar a evolução desta interação, focando-nos na emergência de formas alternativas de desenvolvimento de atividades turísticas, à luz do paradigma do desenvolvimento sustentável, nomeadamente em áreas húmidas costeiras, como é o caso da Ria de Aveiro.

2. Estado da Arte e da Produção Científica

A relação entre turismo e ambiente tem vindo a ser discutida, desde a declaração de Manila (WTO, 1980) sobre o Turismo Mundial. Nesta declaração referia-se que “A satisfação das necessidades turísticas não deve constituir uma ameaça para os interesses sociais e económicos das populações das regiões turísticas, para o meio ambiente, especialmente para os recursos naturais, atração essencial do turismo (...)” (WTO, 1980, tradução brasileira). À época era já reconhecida pelas entidades internacionais relacionadas com a atividade turística, a necessidade de existir uma proteção e preservação dos diversos recursos turísticos, sendo que preocupação semelhante tinha sido manifestada também, na década de setenta (do séc. XX) por técnicos e investigadores de organizações internacionais ligadas ao ambiente, enfatizando a vantagem de uma “aliança” entre as preocupações ecológicas e o desenvolvimento da atividade turística (Budowski, 1976).

Após esta declaração, foram vários os documentos produzidos, com o intuito de reforçar a relação existente entre turismo e ambiente. Inskeep (1991) destaca a declaração conjunta da WTO e UNEP

(1983) que refere que “a proteção, valorização e melhoria dos vários componentes do ambiente humano estão entre as condições fundamentais para o desenvolvimento harmonioso do turismo. Similarmente, a gestão racional do turismo pode contribuir para uma maior proteção e desenvolvimento do ambiente físico e do património cultural, bem como melhorar a qualidade de vida” (tradução própria, WTO & UNEP, 1983, citado por Inskeep, 1991, p. 32).

Verifica-se assim que, desde o início dos anos 80, esta relação tem vindo a ser discutida, de forma a evidenciar a criação de condições que potenciem a atividade turística e simultaneamente protejam o ambiente, pois este é reconhecidamente um dos principais recursos turísticos. Inskeep (1991) refere mesmo que é nas áreas de maior fragilidade e vulnerabilidade ambiental que se concentram as principais atrações turísticas, tais como pequenas ilhas, áreas costeiras, marinhas, montanhosas e alpinas, desertos e locais arqueológicos e históricos (Inskeep, 1991, p. 339).

No entanto, as abordagens ao tema turismo e ambiente têm sido muito diversificadas, pois as relações entre estes, além de fundamentais, são também muito complexas. A abordagem mais comum relaciona-se com os impactes que a atividade turística tem sobre o ambiente (Butler, 1991, 2000; Holden, 2008, 2009; Inskeep, 1991; Kousis, 2000; Mathieson & Wall, 1982; Partidário, 1998; entre outros). Esta abordagem identifica, a maior parte das vezes, os impactes negativos do turismo no ambiente. No entanto, Inskeep (1991, pp. 342-347) apresenta uma visão mais abrangente, considerando que existem quer impactes positivos quer impactes negativos, sendo que estes dependem da forma como o desenvolvimento do turismo é planeado e gerido. Para este autor, podem ser produzidos impactes positivos no ambiente tais como conservação de importantes áreas naturais, conservação de locais arqueológicos, arquitetónicos e históricos, melhoria da qualidade ambiental, valorização do ambiente, melhoria das infraestruturas e aumento da sensibilidade ambiental. Por outro lado, considera como

principais impactes negativos a poluição da água e do ar; o ruído, a poluição visual, os problemas na eliminação de resíduos, perturbações ecológicas, riscos ambientais, danos nos locais arqueológicos e históricos e por fim, prolemas de uso do solo.

Este tipo de abordagem aponta para uma dependência mútua entre turismo e ambiente, sendo que esta é muitas vezes descrita como 'simbiótica'. Butler (1991) referia que enquanto o turismo é dependente do ambiente para muito do seu bem-estar, a prevalente falta de conhecimento, responsabilidade e planeamento a longo-prazo, têm resultado num desenvolvimento que não é nem ambiental, nem culturalmente compassivo com as comunidades locais. Na opinião deste autor é necessário aumentar a compreensão da natureza complexa do turismo e das suas ligações com o ambiente, para que a relação simbiótica possa ser alcançada e mantida (Butler, 1991). Isto significa que tirando partido dos benefícios do turismo estes mesmos locais, por estarem localizados em regiões ambientalmente de grande qualidade, devem também beneficiar das variadas medidas de proteção e manutenção destas regiões, de modo a não se deteriorar o valor dos recursos turísticos (Swarbrooke, 1999).

No entanto, depois da grande expansão do turismo (nas décadas de setenta e oitenta do séc. XX), foram emergindo sinais de que esta simbiose não estava a gerar os benefícios mútuos previstos. Como resultado da rápida expansão do sector do turismo, os locais de veraneio tradicionais e emergentes começaram a encarar graves pressões nos seus ambientes naturais, culturais e socioeconómicos, havendo um reconhecimento geral de que o crescimento descontrolado do turismo leva, em pouco tempo, a impactes negativos alarmantes para o ambiente e para a sociedade em geral, destruindo, deste modo, as bases em que o mesmo turismo foi construído e desenvolvido. Em muitas regiões do mundo, o turismo representa uma das maiores ameaças à integridade ambiental das regiões visitadas, constituindo também um dos grandes problemas de planeamento que deve ser encarado pelos respon-

sáveis pela proteção e conservação destes locais (Nelson et al., 1993).

A investigação realizada sobre esta temática foi então sendo ajustada, de forma a englobar quer a relação do turismo com o ambiente estritamente dito, quer a relação com o desenvolvimento sustentável (através da interação conjunta com o desenvolvimento económico, a coesão social, a sustentabilidade ambiental e a governança). Como refere Partidário (1998, p. 79), "Nos últimos anos não existe debate onde se cruzem as vertentes turismo e ambiente e em que não se fale de objectivos de sustentabilidade ambiental". O facto realçado deve-se essencialmente ao aumento da atividade turística e dos destinos oferecidos, que têm gerado variadíssimos problemas ambientais. Surge assim o interesse pelo turismo sustentável devido à crescente preocupação, sentida especialmente nas áreas onde a atividade turística apresenta um carácter de massificação (Murphy & Price, 2005, p. 174). Esta massificação conduziu a fortes impactes nos destinos turísticos, especialmente nas zonas costeiras, tornando estas áreas descaracterizadas e com perda de interesse para os potenciais visitantes, uma vez que a sua capacidade de carga foi ultrapassada, não lhes permitindo dar resposta às expectativas dos turistas. O assumir da existência destes impactes, nomeadamente os negativos, levou a que fosse dada cada vez maior importância ao desenvolvimento e implementação do conceito de turismo sustentável, com o intuito de criar metodologias que permitam satisfazer e proteger as populações locais e as regiões, integrando, desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável na atividade turística. Tal como referem Lansing e De Vries (2007), esta nova forma de turismo propõe que se satisfaça simultaneamente as necessidades das várias partes envolvidas, proporcionando receitas e lucros à indústria do turismo, fornecendo experiências responsáveis aos turistas e crescimento económico, combinado com proteção ambiental e sociocultural às comunidades e países anfitriões. Já em 1991, Butler referia que o sucesso entre turismo e desenvolvimento sustentável só é

alcançado se forem cumpridos pré-requisitos como coordenação de políticas, planeamento pró-ativo, aceitação dos limites de crescimento, educação de todos os agentes envolvidos e empenhamento para uma visão global a longo-prazo. É assim necessário implementar os princípios fundamentais do turismo sustentável identificados pela UNWTO¹ (2004), nomeadamente:

- Permitir uma utilização ótima dos recursos ambientais que constituem o elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando na conservação do património natural e da biodiversidade;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades locais, conservar as suas heranças culturais construídas e valores tradicionais e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural;
- Assegurar operações económicas viáveis a longo prazo, fornecendo benefícios socioeconómicos a todos os agentes. Estes benefícios devem ser distribuídos de forma equitativa e devem ser considerados essenciais a criação de empregos estáveis e a contribuição para a diminuição da pobreza.

Esta visão da integração do paradigma da sustentabilidade trouxe alterações estruturais ao sector do turismo, nomeadamente na emergência e desenvolvimento de formas alternativas de turismo (Radulescu, 2011). Turismo Alternativo (TA) é uma forma genérica de designar um conjunto vasto de estratégias de turismo "(e.g. 'appropriate', 'eco-', 'soft', 'responsible', 'people to people', 'controlled', 'small-scale', 'cottage' and 'green' tourism)" (Conference Report 1990, citado por Weaver, 1991, p. 416) que se consideram em oposição ao turismo de massa convencional. Estas formas de desenvolvimento do turismo pretendem criar condições para assegurar a

satisfação das necessidades das populações locais, dos turistas e da sustentação dos recursos naturais, numa base de complementaridade em vez de numa base de competição (Fennell, 2008).

Uma dessas formas alternativas de turismo, com forte interdependência com o ambiente é o ecoturismo, uma forma de turismo de natureza de baixo impacto que contribui para a manutenção das espécies e habitats, quer diretamente através de uma contribuição para a conservação, quer indiretamente gerando rendimentos suficientes para a comunidade local, para que estas comunidades valorizem e protejam a herança natural como fontes de rendimento (Goodwin, 1996, citado por Fennell, 2008). Na sua essência, o ecoturismo traduz as preocupações de equilíbrio e sustentabilidade caracterizadoras do turismo sustentável, considerado como aquele que é praticado sem que haja destruição do ambiente, de forma a conservar a herança cultural e arquitetónica dos locais turísticos, e ainda que seja baseado essencialmente na comunidade local, sendo os principais beneficiários da atividade turística os residentes (Aronsson, 2000). Fennell (2008, p. 45), na discussão que faz deste conceito, ressalta que

The literature points to the fact that ecotourism is one aspect of nature-based tourism, which includes many other types of tourism and outdoor recreation, both consumptive and non-consumptive. Although it shares characteristics with other forms of tourism like wildlife tourism and adventure tourism, there are subtle differences that make it unique.

3. A Ria de Aveiro – caso de estudo

A ria de Aveiro é um sistema estuarino-lagunar constituído por uma rede de canais de maré permanentemente ligados e por uma zona terminal com canais estreitos e de baixa profundidade. (...) é constituída por quatro canais principais de águas pouco profundas: Ovar, S. Jacinto, Mira e Ílhavo onde se definem

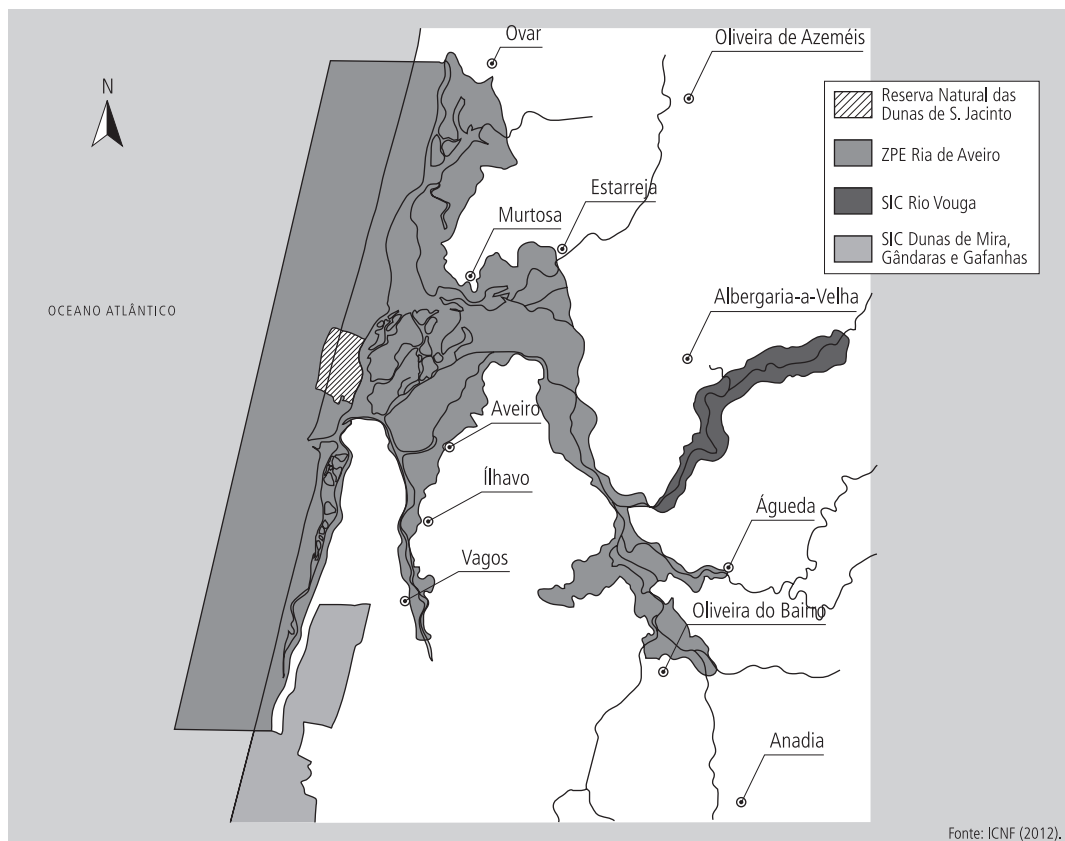
¹ UNWTO – United Nations World Tourism Organization – Organização Mundial do Turismo.

várias ilhas e ilhotas constituídas pela acumulação de materiais sedimentares. A permanente ligação ao mar é assegurada através da barra de Aveiro, um canal artificial aberto no cordão litoral, induzindo o efeito da maré na área da ria. (ICNF, 2012, p. 25)

Esta laguna é uma das maiores, mais expressivas e biologicamente mais significativas zonas húmidas litorais de Portugal, sendo considerada como a zona húmida mais importante do Norte do País,

(...) onde extensas áreas de sapal, salinas, áreas significativas de caniço e importantes áreas de bocage, associadas a áreas agrícolas, representam importantes locais de alimentação e reprodução para diversas espécies de aves, sobretudo aquáticas, bem como para várias espécies de aves migradoras. (ICNF, 2012, p. 25)

A Ria de Aveiro foi classificada, em 1999, como Zona de Proteção Especial (ZPE - código PT-ZPE0004), ao abrigo da Diretiva Aves (Decreto-Lei n.º 384-B/99 de 23 de setembro, posteriormente republicado, pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24 de fevereiro), encontrando-se atualmente em análise a proposta de classificação desta área, como Sítio de Importância Comunitária (SIC), ao abrigo da Diretiva Habitats (Figura 1). Esta proposta visa colmatar a insuficiência de representação de espécies de peixes migradores diádomos e de habitats estuarinos e costeiros, na atual Rede Natura 2000 (ICNF, 2012). É ainda reconhecida como Important Bird Area (IBA) pela Birdlife Internacional e pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA). Ao nível nacional usufrui de um regime territorial especial ao abrigo das Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN).



Fonte: ICNF (2012).

Figura 1 | Áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 e área proposta para Sítio Ria de Aveiro.

O Salgado de Aveiro, designação local dada ao conjunto de marinhas (em produção de sal ou em aquacultura de regime semi-intensivo), é uma componente essencial da paisagem, história e sistema estuarino-lagunar da Ria de Aveiro, fazendo parte do habitat 1130 “estuários”, subtipo “estuários atlânticos” (anexo I da Diretiva 92/43/CEE). Desenvolve-se nos concelhos de Aveiro e Ílhavo, numa área de 1152 hectares, estando organizado em cinco grupos: Monte Farinha (8 salinas) a NW; o Grupo do Norte (61 salinas); o Grupo do Mar (52 salinas) a W; o Grupo de São Roque ou Esqueira (63 salinas) a E; e o Grupo do Sul, com 68 salinas. Destes, apenas os grupos do Sul e de S. Roque têm acessibilidade terrestre, os restantes são acessíveis por barco (Figura 2).

Este “ecossistema estuarino enfrenta algumas das ameaças comuns a outros sistemas estuarinos, como a redução de habitats por drenagem e conversão de zonas húmidas, ou o abandono da salicultura e sua conversão em aquaculturas” (ICNF, 2012, p. 20). A resposta às ameaças atrás referidas aponta “para

a necessidade de incrementar a área de ocupação e melhorar o seu estado de conservação” (ALFA, 2004, p. 87), no entanto no que diz respeito à área de produção salícola, a medida preconizada enfrenta uma série de constrangimentos relacionados com o método de produção artesanal, baseado no uso intensivo de mão-de-obra a que se associa a escassez da mesma; a fraca competitividade comparativamente com outras áreas de produção, com uma localização relativa mais favorável, do ponto de vista climático e/ou menor custo de produção devido à utilização de meios mecânicos que se reflete na dificuldade de escoamento do sal; a intensificação do processo de destruição das motas (muros exteriores das salinas) associado à intensificação dos efeitos da ondulação, devido ao aumento de número de embarcações a navegar nos canais da ria e à alteração dos caudais da Ria, devido às obras na barra do Porto de Aveiro.

O processo de degradação do Salgado decorrente dos fatores atrás mencionados tem sido amplificado devido às salinas se encontrarem interligadas.



Figura 2 | Enquadramento do Salgado na Ria de Aveiro.

Fonte: Silva et al. (2012).

Esta circunstância favorece a destruição das salinas contíguas após o abandono de uma e posterior arrombamento. O abandono destas áreas provoca uma exposição à ação invasora das marés e consequente fragilidade em cadeia (Parque Expo, 2010).

Neste contexto, contrariar a tendência de abandono do espaço, criando condições que potenciem o incremento da sua ocupação e dessa forma contribuam para a melhoria do seu estado de conservação só parece viável através da conjugação de atividades complementares (compatíveis com a função prioritária de conservação da natureza), que contribuam para o aumento do rendimento dos produtores de sal e/ou criadores de peixe.

“O património natural, cultural e histórico associado às salinas e à produção de sal permite potenciar um conjunto de atividades ligadas a estes valores, nomeadamente atividades turísticas e de lazer (...)” (Martins et al., 2012, p. 143), com base na natureza (NBT – Nature Based Tourism).

O (PENT) Plano Estratégico Nacional do Turismo, 2006-2015, refere o “Turismo de Natureza” como um dos dez produtos turísticos estratégicos a consolidar e desenvolver no período em causa, sendo que para a Região Centro é identificado como um dos dois produtos prioritários, a par do “Touring Cultural e Paisagístico”.

Também no âmbito do desenvolvimento do Pólo de Marca Turística – Ria de Aveiro, “um destino que se organiza em torno de um elemento hidrográfico de características únicas a nível nacional e de todas as valências que lhe estão associadas directa ou indirectamente (...)” (TCP, 2010, p. 3), a entidade Turismo Centro Portugal (TCP) identificou no conjunto dos seis produtos turísticos deste Pólo o “Turismo de Natureza”, considerando-o como um instrumento de desenvolvimento de uma *Green Economy* regional. Apresenta como justificativa, as condições naturais da região, a importância para a conservação da natureza que lhe é reconhecida (aos níveis nacional, europeu e internacional), a emergência de projetos de investigação e negócio com características de ecoturismo e turismo associado aos recursos natu-

rais, o reconhecimento desta região como um *Hot Spot* desta forma de turismo, bem como o crescimento internacional deste mercado. A potencialidade e aposta estratégica, apresentada pela TCP são também reconhecidas pelo Programa Polis Litoral – Ria de Aveiro no contexto do Eixo Estratégico 2 – A Ria enquanto espaço socioeconómico dinâmico, identificando como um dos objetivos a operacionais a dinamização do sector turístico.

O caso de estudo (brevemente apresentado) evidencia a estreita relação que o desenvolvimento da atividade turística tem com o ambiente em áreas húmidas como a Ria, tanto considerado do ponto de vista estrito da conservação da natureza, como de uma forma mais abrangente no contexto da implementação do desenvolvimento sustentável ao nível local. A interação entre formas de turismo alternativo de natureza *soft* e *hard*, mas sempre vinculado às características naturais locais proporciona a criação de condições que sustentam a recuperação deste sistema estuarino-lagunar, contribuindo assim para a manutenção e/ou reforço dos serviços e funções ecossistémicos do mesmo, bem como para o desenvolvimento de condições de resiliência e adaptação às alterações climáticas.

4. Considerações Finais

A relação entre o turismo e o ambiente tem sido uma constante no processo de desenvolvimento desta atividade. Ao longo da história têm-se desenvolvido diferentes perspetivas de interação que originaram uma maior complexidade e intensidade da relação entre turismo e ambiente. Essas diferentes abordagens coexistem cumulativamente no espaço e no tempo, podendo na mesma região subsistir formas e produtos turísticos com diversos níveis de consumo de recursos naturais e de impactes (tanto negativos como positivos). Assim nalguns casos a relação do turismo com o ambiente pode ser perspetivada como “suporte” da atividade turística,

incluído nessa abordagem tanto formas de turismo de massa como formas alternativas de turismo. A relação assim estabelecida centra-se na conceção de produtos turísticos, estando esta dependente e sendo definida em função da existência de recursos naturais e/ou recursos culturais, atuando como fator de motivação da procura e do desenvolvimento do turismo. No entanto, se atendermos ao facto de que o próprio conceito de ambiente tem vindo a integrar também as componentes económicas, sociais e culturais, temos como resultado um espectro muito alargado de interação. Por outro lado, podemos atender à relação entre turismo e ambiente através da análise das consequências (positivas e/ou negativas) do desenvolvimento da atividade turística sobre o ambiente (natural, económico, social e cultural). Associado a este tipo de interação poderemos distinguir entre as abordagens preventivas (planeamento e gestão ambiental de equipamentos e infraestruturas) a as abordagens reativas (redução e/ou eliminação de passivos ambientais). Na sequência da consolidação e implementação do conceito de desenvolvimento sustentável, formas emergentes de interação da atividade turística com o ambiente têm sido desenvolvidas, permitindo o usufruto de espaços naturais e recursos que até ao momento não eram valorizados. Neste contexto assistimos a uma maior tendência de diversificação de produtos e destinos turísticos em oposição a uma menor intensificação do consumo destes.

Bibliografia

- ALFA (2004). *Tipos de Habitat Naturais e Semi-Naturais do Anexo I da Directiva 92/43/CEE (Portugal continental): Fichas de Caracterização Ecológica e de Gestão para o Plano Sectorial da Rede Natura 2000*. Relatório. Lisboa.
- Aronsson, L. (2000). *The Development of Sustainable Tourism*. London: Thomson Learning.
- Becken, S. (Ed.). (2010). *Tourism and the Environment*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.
- Budowski, G. (1976). Tourism and Environmental Conservation: Conflict, Coexistence, or Symbiosis?. *Environmental Conservation*, 3(1), 27-31.
- Butler, R. (1991). Tourism, Environment, and Sustainable Development. In N. Polunin (Ed.), *Environmental Conservation*, 18(3), 201-209. UK: University of Newcastle.
- Butler, R. (2000). Tourism and the environment: a geographical perspective. *Tourism Geographies*, 2(3), 337-358.
- Coccossis, H. (Coord.). (2001). *Defining, Measuring, and Evaluating Carrying Capacity in Europe Tourism Destinations*, B4-3040/2000/294577/MAR/D2, Final Report, EEA. Athens.
- Fennell, D. (2008). *Ecotourism* (third edition). London: Routledge.
- Holden, A. (2008). *Environment and Tourism* (2nd ed.). London: Routledge.
- Holden, A. (2009). The Environment-Tourism Nexus: Influence of Market Ethics. *Annals of Tourism Research*, 36(3), 373-389.
- ICNF (Coord.). (2012). *Proposta de Classificação da Ria de Aveiro como Sítio de Importância Comunitária – Relatório de Fundamentação*, Dezembro de 2012.
- Inskeep, E. (1991). *Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach*. USA: John Wiley Sons, Inc.
- Kousis, M. (2000). Tourism and the Environment: A Social Movements Perspective. *Annals of Tourism Research*, 27(2), 468-489.
- Lansing, P., & De Vries, P. (2007). Sustainable Tourism: Ethical Alternative or marketing Ploy?. *Journal of Business Ethics*, 72, 77-85. DOI 10.1007/s10551-006-9157-7.
- Martins, F., Silva, A., & Albuquerque, H. (2012). *Estratégias de Sustentabilidade em Áreas de Produção de Sal – Integração da Marinha Santiago da Fonte na Rota do Sal do Atlântico*. (Actas do I Congreso Iberoamericano de Gestión Integrada de Áreas Litorales ...mirando a Iberoamérica, 25-27 de enero de 2012, pp.142-151). Cadiz.
- Mathieson, A., & Wall, G. (1982). *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*. Harlow: Longman.
- Murphy, P., & Price, G. (2005). Tourism and Sustainable Development. In W. F. Theobald (Ed.), *Global Tourism* (3rd edition) (pp. 167-193). Elsevier Inc.
- Nelson, J., Butler, R., & Wall, G. (1993). *Tourism and Sustainable Development: Monitoring, Planning, Managing*. Canada: Department of Geography, University of Waterloo.
- Neto, F. (2003). *A new Approach to Sustainable Tourism Development: Moving Beyond Environmental Protection*, DESA Discussion Paper No. 29, Department of Economic and Social Affairs, United Nations, pp. 212-222.
- Parque Expo (2010). *Plano Estratégico Polis Ria de Aveiro*, Parque Expo, Lisboa.
- Partidário, M. R. (1998). Ambiente e Turismo. *Economia e Prospectiva, Revista do Ministério da Economia*, (4), 79-88.
- Pires, E. C. R. (2004). *As Inter-relações Turismo, Meio Ambiente e Cultura*, Série Estudos, Ed. Instituto Politécnico de Bragança.
- Radulescu, C. V. (2011). Tourism and Environment – Towards European Tourism Policy. *Journal of Knowledge Management, Economics and Information Technology, Scientific Papers*, (5). Acedido em <http://www.scientificpapers.org>
- Serra, M. T. (2011). *Estudo de Atividades Económicas e suas Dinâmicas – Relatório Final*, Estudo elaborado pelas empresas DHV, BSA e AM&A para a POLIS LITORAL Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.
- Silva, A. (2010). *Estratégia para uma Gestão Sustentável do Salgado de Aveiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Silva, A., Martins, J., & Martins, F. (2012). *As Políticas Públicas e a Importância do Território – o “Salgado de Aveiro”*. (Actas do I Congreso Iberoamericano de Gestión Integrada de Áreas

- Litorales ...mirando a Iberoamérica, 25-27 de enero de 2012, pp. 1063-1071). Cadiz.
- Swarbrooke, J. (1999). *Sustainable Tourism Management*. UK: CABI Publishing.
- TCP - Turismo Centro de Portugal (2010). *PRORia – Implementação e Promoção do Pólo de Marca Turística Ria de Aveiro*, Memória Descritiva da candidatura ao eixo 4 do Programa Operacional de Pesca – PROMAR.
- UNWTO (2004). *Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations: A Guidebook* (English version). Spain: World Tourism Organization.
- Vingada, J. V. (Coord.). (2012). *Estudo de Caracterização da Qualidade Ecológica da Ria de Aveiro*, Estudo elaborado pela empresa AMBIECO para a POLIS LITORAL Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S.A.
- Weaver, D. B. (1991). Alternative to mass tourism in Dominica. *Annals of Tourism Research*, 18, 414-432.
- WTO (1980). *Manila Declaration on World Tourism*. Acedido em 11 de julho de 2013, em <http://www.univeur.org/cuebc/downloads/PDF%20carte/65.%2>